



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 54**

Sessão Ordinária de Fevereiro

2.ª Reunião de 03-03-2008

Aos três dias do mês de Março de dois mil e oito, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Baptista dos Santos e Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Joaquim Manuel Silva Marques, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, António Bastos Marques Rodrigues, Raúl Ventura Martins, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Jorge Manuel do Nascimento, José Fernandes Pereira, Telmo Vieira Martins, Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 20:30 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

João António Fernandes Pedroso, Carlos Eduardo Maria Martins e António Manuel Carvalho Serra Granjeira.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Caetano Alves, Nuno Manuel Marques Pereira e Marília Fernanda Correia Martins. O Vereador Luís Miguel Capão Filipe chegou às 21:00 horas.

Seguidamente, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais José da Cruz Costa e Arsélio Almeida Martins pelos sucedâneos na lista de candidatura, António Bastos Marques Rodrigues e Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso, respectivamente.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, se fez substituir nesta reunião por José Fernandes Pereira, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

## **PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.**

(O texto da [Comunicação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

No uso da palavra, o Presidente da Câmara<sup>25</sup> fez uma breve apresentação dos assuntos abordados na Comunicação Escrita, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

De seguida usaram da palavra os seguintes vogais:

### Membros da Assembleia

Presidente da Mesa <sup>26</sup>

Vogal Rocha de Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>27</sup>

*“Muito obrigado Senhora Presidente. Que me seja permitido em primeiro lugar, de referir a primeira e única informação sobre estes quatro pontos. Não há dúvida que o que o Senhor Presidente aqui trouxe a esta Assembleia é claramente a demonstração, que contrariamente às vozes da desgraça e a velhos do Restelo, esta maioria trabalha, funciona, e é respeitada, e é entendida naquilo que diz.*

*Não é entendida dentro de casa, mas quantas vezes nós mesmos entre irmãos sentimos e verificamos que é onde há as maiores quezílias. Poderia dar em termos políticos uma informação! Veja-se por exemplo a vida do partido comunistas de há uns anos a esta parte que não se entende com os seus militantes!? Começou por grandes militantes, censurou-os, pô-los na rua, despejou-os, fez o que entendeu. Efectivamente, não ficamos nada admirados que determinadas forças políticas, terminados elementos da política, no país, em Portugal, que têm vivido assim e que julgam que o país em que vivemos ainda é um país do antigamente, das grandes manifestações, dos disparates, do dizer que censura, não cuidando de aguardar das decisões que se devem ser tomadas. É efectivamente uma grande censura a informação que o Senhor Presidente aqui trouxe a comportamentos e a palavras que foram impensadas e imponderadas (não vale a pena estar com muitas aflições porque o senhores deputados já vão ter o vosso tempo para dizerem aquilo que entenderem).*

*A maior censura colocada aqui hoje nesta câmara é o que o Senhor Presidente acaba de informar. Saneamento financeiro é a terceira vez que se responde a ele. O que quer dizer que é a terceira vez que o Tribunal de Contas está a ponderar reflectir — e não precisou que nenhuma ave agoirenta lhe andasse a dizer o que diz o artigo 41 e o artigo 40. Porque efectivamente há nesta Assembleia, nesta câmara, gente que prega muito o amor ao concelho e tem tido sempre o cuidado de falar até à exaustão no famoso artigo 40 e o artigo 41. Como se os juízes no Tribunal de Contas não soubessem o que diz o artigo 40 e o artigo 41.*

*De maneira que efectivamente se alguém faz censura são as entidades oficiais deste país que querem ponderar, querem reflectir, ouvir, para depois decidir. Mas já foram aqui ditadas sentenças nesta câmara dizendo-se vergonhosamente que era para bem de Aveiro!?*

*Quanto ao processo público ou privado que nós sabemos que há aqui entidades que nunca podem puxar para o privado. Fogem disso como o diabo da cruz, porque sabem que no dia que não fugirem eles são pregados mesmo na cruz.*

*Campus da Justiça. Acho que há aqui uma deputada e que já agradeceu nas palavras o senhor Presidente. Falou no Dr. Feliciano Martins e eu entendo que a Dr.ª Ana Maria Seíça Neves, porque temos de ser claros e temos de usar do mínimo de transparência nas coisas, eu reconheço que a Dr.ª Ana Maria Seíça Neves tem sido uma lutadora muito grande por Aveiro e pelos interesses de Aveiro no campo da Justiça.*

*Quarta censura. Aveiro/Águeda. Finalmente foi reconhecido da necessidade pelo Governo Socialista da importância e da necessidade de Aveiro Águeda. O Senhor agradeceu ao Dr. Paulo Campos, ao Dr. António Laranjo, e eu quero dizer que Aveiro hoje cometerá uma injustiça se não lhe a agradecer a forma como soube levar por diante as negociações e fez transmitir às pessoas a necessidade urgente desta via para o desenvolvimento a nível do interland de Aveiro e Baixo Vouga.*

*Senhora Presidente sobre este assunto era o que tinha a dizer e vou agora à intervenção escrita. Refere o programa PARES e diz-nos que está tudo a correr bem. Nós soubemos que um senhor Ministro esteve em Aveiro, concretamente na freguesia da Vera Cruz, esteve a visitar o empreendimento que no programa PARES ali existe, mas eu gostava de perguntar porque é muito esquecido desta câmara tudo o que se está a fazer em Aveiro e no concelho de Aveiro sobre este programa, agradecia que nos informasse.*

*Outra pergunta que lhe queria lançar era... e face aos acontecimentos nós não pudemos ter esquecimento sobre isso. Os problemas dramáticos que aconteceram com estas cheias em Lisboa. Mas aconteceram em Lisboa, podem acontecer sem nós contar-mos em qualquer outro lado. O que quer dizer que em Aveiro ou qualquer terra deste país não está liberta digamos destes acontecimentos de temporais. E eu perguntava, em Aveiro concretamente, face a estes exemplos há trabalho de prevenção? A autarquia tem desenvolvido meios para pôr e dispor face a qualquer acontecimento de tragédia como os que aconteceram lá em Lisboa?*

*Outro aspecto. Tenho lido e tenho visto no site da Câmara que já há arruamentos pavimentados de novo no concelho. Queria perguntar Senhor Presidente se nos poderia dar mais informação sobre onde e por quanto tempo é que presume levar por diante este necessário e urgente necessidade do próprio concelho.*

*Já agora, outro aspecto. Li na imprensa local que o valor da dívida aumentou. Uns dizem que desce outros que subiu. Gostava que de facto nos disse-se se há algum problema sobre este aspecto ou se não é verdade. Porquê esta diferenciação de opiniões.*

*Finalmente. Transferências para as autarquias da gestão de competências das escolas. Também gostava que nos fosse informado quais as perspectivas e qual a opinião que o próprio executivo face à lei e àquilo que conhece e que lhe tem sido transmitido o que é que pensa sobre isto. São estas as perguntas que queria colocar e mais nada. Muito obrigado.”*

(Entretanto deram entrada na sala os Vogais Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes e Orlando Eduardo Silva Terra Sêca).

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>44</sup>

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>45</sup>

*“Muito obrigado Senhora Presidente. Felizmente ainda posso falar. Mas fiquei muito intoxicado com as palavras bafientas que vieram de longe, e embora sejam as palavras do responsável máximo do PSD em Aveiro, penso que não sejam do PSD todo porque se não quando houver alternância de poder ficamos todos intoxicados. Eu só lembrava ao senhor deputado Rocha Almeida que embora eu seja de um partido que tem aqui apenas um representante sou de um partido que juntou uns milhares no último sábado — e também não sei se o vosso conseguirá fazer o mesmo alguma vez. E além disso sou de um partido que foi dado como moribundo há uns aninhos atrás e afinal continua bem vivo.*

*Bem, mas vamos começar por falar relativamente à Comunicação do Senhor Presidente. E embora haja motivos mais que suficientes para a dita Moção de Censura à Câmara que está agendada, há questões que obviamente são positivas. Mas também era o que faltava era estarem no Executivo e não haver nada de positivo!*

*E nesta perspectiva de facto há uma palavra de apreço que tem de ser dada certamente sobre a VIII edição da Bienal Internacional de Cerâmica Artística. É uma iniciativa que nós reputamos de máximo interesse, que já faz história em Aveiro, que tem aumentado a qualidade, e que de certeza absoluta e continuado e aumentando a sua qualidade pode ser algo de importante para a nossa terra. E assim também, embora uma iniciativa d carácter mais jovem, que é o Aveiro Jovem Criador. Uma iniciativa que nós achamos que tem todo o interesse e que nós achamos que deverá ser para se firmar e continuar.*

*Relativamente a outras questões e são questões que eu queria colocar ao executivo, começaria por colocar uma primeira questão que tem a ver com a nova ponte da pirâmides e as exclusas. É habitual e digo habitual, porque habito numa zona da cidade onde muita gente utiliza a Ria e como sabem que eu estou aqui questionam-me. Pessoas que utilizavam até para a pesca amadora e que têm o barco cá dentro e estão impedidos há uma série de tempo de colocar o barco lá fora ou então tem de o levar por terra. Efectivamente não está feita e entretanto lê-se na Comunicação do Senhor Presidente que está prevista a retirada das comportas no sentido de serem reparadas, mas eu também sei que houve uma delas que chegou a estar carregada em cima de um camiã e foi recolocada por reparar na mesma altura?! Gostava de saber a que é que isso de deveu e qual a razão do atraso da reparação destas comportas que estavam previstas estarem prontas em Setembro de 2007. Gostava que os aveirenses ficassem a saber o que se passa com esta situação. Relativamente a esta questão e que tem a ver com a Ria, gostaria de saber como é que vai o POLIS neste momento. O POLIS é da responsabilidade da autarquia e nós comparando com a situação que se passou em Lisboa da cedência das zonas ribeirinhas à autarquia de Lisboa, em que o próprio Primeiro Ministro diz que deve ser nesse sentido que deve haver a prática de entrega dos terrenos ribeirinhos às autarquias, e estando nós neste momento numa situação em que se estão a fazer benefícios em terrenos que são da APA e que irão ser negociados pela APA, a questão que colocamos é. Que benefícios tirará o município do negócio que a própria administração do porto de Aveiro irá fazer, nomeadamente com os terrenos que vai vender na zona da lota, depois das benfeitorias que nós autarquia lhes fizemos nesses mesmos terrenos?*

*Por último queria-me referir às Contas. E numa maneira muito sucinta porque elas estão aqui na Comunicação. Em primeiro lugar para referir a aqui a receita de apenas de 2.617 euros?! Isto não deve espelhar nem se deve repercutir no ano todo porque a ser verdade nós não teríamos mais de 30 milhões de receita o que não é de facto real, porque a receita deve andar nos 45 milhões. Mas tem é efectivamente com o total da dívida que relativamente à Comunicação da sessão anterior aumento 1 milhão e setecentos mil euros?! Eu gostaria de ser esclarecido a que se deve este aumento e se de facto se deve a um aumento da dívida a fornecedores através de factoring. É tudo. Muito Obrigado.”*

(Deu entrada na sala o Vogal Armando Manuel Dinis Vieira)

Vogal Rocha de Almeida (PPD/PSD) [18](#)

Vogal António Regala (PCP) [19](#)

(Deu entrada na sala o Vogal Pedro Machado Pires da Rosa)

Vogal Joaquim Marques (PPD/PSD) [20](#)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) [21](#)

Vogal Jorge Afonso (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>012</sup>

*“Bom, eu confesso que há pouco com a intervenção do primeiro orador estremeci quando falou “pregados na cruz”. Eu pensei, voltou outra vez a Inquisição?! Não. Nem Fascismo nem Inquisição nem outras formas absolutas.*

*Mas em relação à Comunicação do Senhor Presidente, dispenso-me de comentar o que de bom achei e enuncio algumas questões que são as seguintes. Em primeiro lugar, achei a excessiva e já habitual concentração de actividades nas freguesias da cidade. Também nada diz sobre a situação da MoveAveiro e do período difícil que atravessa. Relativamente ao regulamento de atribuição de subsídios à colectividade não deixa de ser caricato em primeiro lugar atribuir ao Beira-Mar 150 mil euros e depois passadas duas semanas fazer-se um regulamento de atribuição de subsídios. Também nada se diz sobre a situação do pedido de empréstimo; sobre o Bairro de Habitação Social em Cacia e, finalmente, não deixa de ser caricata a situação do acesso das embarcações à Ria. Quem interrompe um canal tem obrigação de montar um sistema de faça o transporte das embarcações para o lado da Ria.*

*Relativamente ao relatório do SMAS depois de ler entendi que devia fazer aqui uma curta intervenção que é o seguinte.*

*A absoluta dependência humana do funcionamento do ciclo da água, aconselha a implementação de boas práticas políticas de gestão do recurso natural e bem público que é a água.*

*Satisfazer as necessidades da população actual, com uma estratégia de sustentação futura, tem de ser a preocupação, constante, nunca submetida ao lema capitalista do negócio lucrativo, por se tratar de um serviço público e social.*

*É claro que, trata-se de uma tarefa de execução complexa porque, exige uma mudança radical de hábitos por parte de toda a população e sentido de responsabilidade dos autarcas eleitos.*

*Ora, aquilo que este Executivo pretende é exactamente o contrário, ao planear a privatização dos serviços de abastecimento deste recurso natural, que a todos pertence e não a um qualquer grupo que visa, unicamente, o lucro.*

*E não se vê que os SMAS, efectivamente, se preocupem com o futuro do ciclo da água, portanto com o futuro de todos nós e ouçam as recomendações feitas por estudiosos e ambientalistas.*

*O facto de apresentar, em relatório, um total de 197 roturas de água num período de aproximadamente 2 meses não é sinónimo de boa gestão de serviços nem da componente ambiental.*

*Vós devíeis preocupar-vos com a reutilização da água e, em parceria com o Governo, numa visão territorial, com a aplicação da directiva europeia 2000/60/CE, versus Directiva Quadro da Água (DQA), mas não... aquilo que fazem é tão e somente os preparativos para o negócio!? Em várias regiões, por exemplo de França, a entrega a privados dos serviços de água foi de tal modo desastrosa que por pressão dos consumidores o mesmo voltou à esfera da gestão pública... andais atrasados uns bons anos pois, ireis fazer aquilo que outros já abandonaram.*

*Mais. A privatização deste serviço que até é rentável, demonstra o autismo neo-liberal que vos norteia relativamente a um bem que é de todos e nunca um mero negócio. Nenhum de vós, nem mesmo empacotados (neste caso engarrafados) no acto político que vos foi confiado de gerir a “coisa pública” tem ou deve assumir o negócio antinatural de transformar a água em patacas. A prová-lo está o facto do aumento de 100%! Disse, cem por cento, da taxa de resíduos sólidos aos comerciantes.*

*É que nem se trata da taxa de saneamento, esta sim ligada directamente ao consumo de água. Aqui deve de andar, também, outro negócio...*

*Por este caminho, quem acabará saneado sois vós. Muito obrigado.”*

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>91</sup>

*“Muito Obrigado. Destacamos hoje aqui da Comunicação do Presidente da Câmara as matérias referentes ao planeamento urbanístico do concelho de Aveiro.*

*O Plano de Urbanização de Aveiro esteve na forja durante 13 anos.*

*Não retirando qualquer mérito a todos que, empenhadamente, contribuíram para a sua elaboração, não podemos deixar de felicitar em primeira instância o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, que assume o pelouro do Planeamento, pelo mérito de fazer aprovar este instrumento de planeamento urbanístico, fundamental para a gestão do concelho na área da sua influência. No entanto, cabe referir que O PUCA não é o plano ideal, porque se encontra sedimentado em estrutura e conceitos muitos deles ultrapassados, fruto das vicissitudes inerentes ao alongado período de gestação.*

*E não poderíamos deixar de apontar a fragilidade maior do Plano de urbanização em referência, a qual se prende com o facto de o mesmo consubstanciar uma manta de retalhos, fragmentos, que ao longo dos anos se foram impondo no território. A junção de todos os fragmentos urbanísticos e a colmatção dos mesmos eram de facto necessários. Contudo tal não constitui garantia de uma ideia global e qualificadora de cidade.*

*Mesmo tratando-se de opção metodológica assente no conceito do Plano-Processo, isto é, que permite a todo o momento a adaptação e aferição de opções em diálogo permanente com as forças vivas e agentes envolvido no processo urbanístico, é certo também que não se garante algum distanciamento que por vezes é essencial.*

*Uma cidade que é planificada numa lógica e em função do edificado deixa preterido o espaço público. Isto é, o espaço público é apenas o espaço sobranante. Tem sido assim nas últimas décadas aqui e em muitas outras paragens. Será necessário iniciar-se o processo inverso, apostando-se em primeira instância nos espaços públicos de qualidade, do que seguramente resultarão espaços privados/construções francamente mais aptos para a dimensão humana.*

*Julgamos que o tecido urbano deveria ter sido mais contido, não devendo ter transposto nomeadamente o limite da EN 109, exceptuando-se alguns núcleos e artérias com características e sedimentação urbana existentes. A política de expansão para sectores limítrofes da cidade é directamente proporcional ao abandono do Centro da Cidade.*

*A cidade que se perspectiva no PUCA indicia uma cidade para alguns milhões de habitantes, o que, atendendo aos dados actualmente disponíveis contraria claramente as perspectivas do crescimento demográfico. Resultará seguramente daí um território disperso e aparentemente desorganizado, pois não será possível a curto e médio prazo consolidar as manchas urbanas.*

*Sabemos bem que este executivo encontrou este Plano municipal de ordenamento do território numa fase muito avançada, em que já não era possível, ou melhor, não era a desejável a introdução de alterações profundas, sob pena de termos de esperar mais uns largos anos para a sua aprovação.*

*Sr. Presidente da Câmara, o Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro, não sendo o plano ideal para a cidade, é o melhor que temos e preenche um vazio que à muito se sente na gestão urbanística, colmatando as muitas lacunas que o PDM apresenta.*

*Para terminar enalteçemos também o facto deste executivo ter preconizado e desenvolvido um plano de alinhamentos e cérceas para Avenida Lourenço Peixinho, espaço nobre e simbólico de forte identidade colectiva.*

*O referido estudo impunha-se para que se possa dignificar e clarificar a estratégia de edificação nessa importante artéria da cidade.*

*Revela-se, portanto, o importante e inestimável trabalho em desenvolvimento por este executivo em matéria de planeamento urbanístico. Agradecemos-lhe Sr. Presidente. Tenho dito.”*

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>94</sup>

*“Senhora Presidente, deu-me a palavra, tenho de falar para V. Exa. reflectindo a Comunicação do Senhor Presidente. Eu trazia um improviso escrito, mas vou dispensá-lo porque de facto hoje estamos aqui de facto perante uma série de situações que eu queria congratular-me.*

*Congratular-me com o Executivo, pela forma como realçou o papel do Governo do Partido Socialista no que concerne para a realização de um eixo viário de extrema importância para a estratégia e desenvolvimento de Aveiro. É aquilo que se insere no espaço da ligação Aveiro/Águeda. Assim como o esforço e abertura, para que com alguma celeridade o Campus de Justiça de Aveiro possa efectivamente vir a ser uma realidade breve — poderia ter sido já ontem o que nos teria evitado muitas complicações em trajectos de Aveiro/Viseu ou Aveiro/Coimbra.*

*Por outro lado, tenho algumas questões a colocar ao Senhor Presidente relativamente àquilo que comunicou e àquilo que nos deixa e que não nos comunicou e deveria comunicar. Tal como o deputado Joaquim Marques eu também estou muito preocupado com as questões de segurança e de desenvolvimento e assim mesmo, entroncando com as preocupações do senhor deputado Paulo Anes, no que concerne às preocupações da ecologia humana ligada ao urbanismo. Assim sendo, e neste pequeno pormenor, queria colocar senhora Presidente dois problemas: Para quando é que as questões da segurança dos concidadãos de Aveiro que vivem nas imediações dos pardieiros das imediações da outrora fábrica da Luzostela, para quando a resolução desse grave problema? Vamos ficar à espera que a criminalidade violenta e que já não deixa de não ser neste momento, só que ainda não disparou bala nenhuma, mas esperamos nós que nenhuma lamina seja apontada a ninguém — e diariamente são apontadas armas brancas nas suas imediações. Senhor Presidente, V. Exa. que representa e deve representar na Protecção Civil dos municípios a responsabilidade máxima, queira dizer-nos o que é que pretende e o que é que porventura tem sido feito para obviar essas circunstâncias.*

*Ainda no capítulo do bem-estar, da Saúde, o que é que V. Exa. e a Câmara têm feito no sentido de tentar propiciar aos municípios de Aveiro as melhores condições de Saúde. Seja no sentido de inaugurar o Centro de Saúde de Santa Joana e bem assim de tentar obviar de todo este rosário de participações, que apenas reforçam o papel de uma gestão/administração incompetente para a unidade de saúde referencial de Aveiro. Estou a dizer claramente, o que é que a Câmara na defesa do interesse da saúde dos seus municípios tem feito no sentido de tentar alterar esse quadro.*

*Senhor Presidente, agora relativamente aquilo que me parece determinante porque V. Exa. foi eleito para resolver os problemas económicos da Câmara, queira dizer-me de um modo muito simples, porque é isto que eu quero saber, soube há meses atrás pela voz do senhor Vereador que o défice estrutural da Câmara era de 250 mil euros mês. Queria saber hoje, de viva voz, quais são os custos, dos proveitos que a Câmara tem ou realiza para resolver estes graves problemas? Já que foi dito aqui e levantado muito justamente, que as Contas apresentadas não resolvem nem são tão claras como isso, dada que a Tesouraria da Câmara esteve encerrada um mês. O que nós queremos saber e a pergunta é esta: quanto gasta a Câmara para receber 1 euro? Isto é o que nós temos de saber para poder perceber e responder a todos os aveirenses que se calhar estão a pagar demais por maus serviços ou estão a pagar de menos por muito fracos ou excelentes serviços.*

*Para terminar senhor Presidente, dado que a preocupações que o senhor Arquitecto aqui manifestou já foram por mim levantadas em tempo, o que é que V. Exa. espera e qual é a ideia de Polis e de Urbe no que concerne ao estudo da Avenida Dr. Lourenço Peixinho, por forma a não tornar aquele espaço em pequenas hortas urbanas ou a grande rataria da cidade. Obrigado.”*

Vogal Pires da Rosa (PS) <sup>015</sup>

Vogal Miguel Soares Fernandes (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>016</sup>

*“Ex.ma Senhora Presidente da Mesa, Ex.mo Senhor Presidente da Câmara, Ex.mos Vereadores Ilustres Pares deste Colégio e demais concidadãos aqui presentes.*

*Entrados no ponto relativo à Comunicação do Presidente dedicarei a minha intervenção a algumas considerações que passarei a tecer.*

*Primeiro, Parceria Público Privada: a Parceria Público Privada posta a concurso público (e soube-se hoje da abertura da mesma) é para nós a solução encontrada para a cooperação com os operadores económicos com vista ao financiar, construção, renovação e requalificação da rede escolar de Aveiro — esse é o objectivo e o fim principal deste Executivo com esta Parceria. Em todo o caso, pensamos que esta forma de cooperação entre a CMA e os privados poderá ser bastante útil e benéfica se atendermos ao facto de o Governo se estar a preparar para transferir inúmeras competências para os municípios, desde logo, em matéria de gestão das infra-estruturas escolares. No entanto, deixamos aqui registado que a parceria, para nós, será sempre justificável se obviamente atendermos aos factos dos ganhos de eficiência conseguidos serem suficientemente amplos para compensarem os acrescidos custos financeiros. Portanto pensamos que o modelo financeiro definido para a Parceria Público Privada de facto terá de facto de atender a isso. E obviamente deverá permitir a implementação de um projecto de educação para Aveiro de forma eficiente e livre de quaisquer restrições.*

*Ponto 2, quanto aos critérios de atribuição de subsídios desportivos. Assinalamos a atitude meritória deste Executivo pela feliz e oportuna iniciativa expressa na definição e implementação de critérios e balizas para a atribuição dos subsídios desportivos que, espero no futuro, no futuro, ponham termo à discricionariedade, à escuridão e à arbitrariedade na concessão de apoios financeiros aos Clubes e Associações.*

*Destacamos, assim, a objectividade e a seriedade que presidiu à eleição destes critérios e que obviamente também tenho esperança de que sirvam de estímulo e de compensação pelas actividades nobremente levadas a cabo pelos vários Clubes e Associações desportivas.*

*Terceiro ponto. Aproveito este momento para evocar a celebração do 53 anos de existência da freguesia de São Jacinto. E começo desde logo por endereçar os mais sinceros votos de congratulação à sua população na pessoa do seu Autarca pela primavera decorrida sobre uma das freguesias mais belas de Aveiro, aquela que, para mim e é o meu entender, é uma pérola balnear única de rara beleza natural em Aveiro. Apesar da festividade local, creio que este aniversário continua a revelar, porém, as marcas próprias da meia-idade (isto sem qualquer ofensa para qualquer cinquentão aqui presente – não se trata disso) mas é a dura realidade de uma freguesia que tem sido constantemente esquecida fora da época balnear. Talvez pela sua geografia e distância físicas, o que tem contribuído para o seu famigerado isolamento ao longo de décadas como dão conta disso os seus moradores, comerciantes e empresários.*

*Ora, sendo S. Jacinto uma freguesia eminentemente marítima, é de estranhar a completa ausência de ideias e projectos sobre aquela localidade por parte de quem por ali governa os interesses das suas Gentes.*

*Assim, e porque temos assistimos ao silêncio ao longo de muitas sessões nesta Assembleia por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Jacinto, aproveito este ponto para dedicar a atenção sobre 3 matérias daquela freguesia, sobre as quais gostaria de ser esclarecido:*

*Primeiro, falta de condições de venda ambulante na Feira semanal que ali se realiza (há uns tempos assisti à anarquia e algum caos e descuido na instalação dessa feira. Depois ao que parece a sua montagem é em terrenos privados. E hoje, pergunto em que ponto é que se situa hoje a feira e em que estado é que ela se encontra e como é que se opera a sua realização?*



*Segundo ponto sobre São Jacinto. O famoso Hotel de São Jacinto continua ele a ser uma miragem sobre aquele belo oásis Aveirense!?*

*Gostaria de saber, já agora, porque isso ficou contratualizado, qual é a posição da Câmara em relação ao comportamento contratual assumido pela sociedade que adquiriu o terreno sob condição de proceder à sua construção? Até hoje ainda não foi movido um único tijolo!*

*Pergunto eu, já existem novos desenvolvimentos acerca deste projecto que bem pode ser a alavanca decisiva para a única Praia de Aveiro!?*

*Em relação aos Estaleiros de São Jacinto, qual memorial à tradição da construção naval portuguesa, gostava de saber em que situação de se encontram os terrenos e os seus espaços, que a meu ver constituem, sem dúvida, uma valiosa área para a edificação urbana e fixação de população.*

*Quarto, Porto de Abrigo: Já tive a oportunidade em sessões anteriores de expor perante esta Assembleia as minhas preocupações em relação à desordem e caos que se vive junto ao cais de embarque e desembarque de São Jacinto — que alise fazem sem o mínimo de segurança, já para não falar da falta de civismo de alguns donos de barcos e pescadores que fazem dele um pequeno Porto Privado impedindo a livre e normal navegação e utilização daquela infraestrutura por qualquer navegador de recreio, o que a meu ver leva ao afastamento de pessoas que ali podiam atracar para visitar São Jacinto. No entanto, congratulo-me e espero que o projectado Porto de Abrigo venha de facto a ser assumido como uma prioridade por este Executivo e obviamente venha a encontrar o necessário financiamento via Q.R.E.N. ou outra solução financeira possível para a sua realização. A meu ver, este é de facto, um equipamento que deverá ser destinado não só às gentes locais mas também a todos que pretendam ali visitar aquela freguesia. E, já agora, a talho de foice, aproveito para endereçar algumas breves palavras ao Senhor Presidente de Junta para partilhar das suas preocupações.*

*O mesmo já não poderei fazê-lo em relação à completa ausência de acção e espírito inovadores da sua parte. Meu Caro: Muito pode ser feito em prol da sua Terra!*

*Casa visita e revisita a São Jacinto para mim mais não são, do que a prova nua e crua de que aquela Terra permanece enalhada nos seus extensos e dourados areais e no eternamente prometido desenvolvimento (turístico e económico) para mal de toda a sua população!*

*Às vezes dou por mim a pensar se por acaso V. Exa. já tentou contactar instituições, associações e até mesmo empresas para concertar esforços e energias para a criação de projectos e iniciativas que sirvam para dar vida à sua autarquia?*

*Difícilmente, sabe porquê, porque nem a própria página da Internet da Freguesia está a funcionar! Mas em todo caso, também não venha nos venha dizer que os investimentos e os financiamentos não são da sua competência, ou que a não tem dinheiro ou que a culpa é da Câmara! Porque veja os seus colegas do Algarve e demais litoral desenvolvido, há projectos e há iniciativas. Já procurou, pergunto eu, contactar ou falar junto de empresários ou “mecenas turísticos” que estejam dispostos a investir em São Jacinto? Tanto se pode fazer na sua freguesia! Do Turismo, aos Desportos Náuticos, à Pesca, Comércio, Restauração, Hotelaria, entre tantos outros. Mas, ao invés, continua-se aqui a primar pela total ausência de intervenções nesta Assembleia ao cabo do último ano e meio acerca de ideias ou acções para a sua freguesia. Só se ouvem as suas lamúrias e preocupações e ainda por cima em dia que deveria ser de Festa, mas que é invadido pelo seu espírito negativista e derrotista, sem que apresente novas soluções ou até mesmo um novo fôlego de esperança sobre São Jacinto! Ao cabo de tanto tempo à frente dos destinos de São Jacinto tinha V. Exa. tinha obrigação de já ter contribuído para que São Jacinto fosse hoje a “Pérola de Aveiro”.*

*Bom, continuando. Ponto quatro, dia da restauração da independência. Aproveito para congratular, mais uma vez o executivo pela dignidade dada à festividade de 1 de Dezembro passado, na senda do que tem acontecido desde o início do seu mandato, esperando que tal comemoração continue a ser celebrada, com maior participação dos meus Colegas desta*

*Assembleia que não têm primado por isso e obviamente dos demais cidadãos. E para isso, já agora tomo a liberdade de propor que à semelhança de outros feriados nacionais se lhe confira solenidade e maior carácter festivo, como? Bem simples, com um concerto musical no Teatro Aveirense ou outro espaço digno para o efeito com Filarmonia das Beiras ou até mesmo com Orquestras e demais corporações de feição militares. Aqui fica esta modesta sugestão.*

*Por último, Parque desportivo de Aveiro. Apesar do alarido e do folclore a que assistimos há um ano atrás por parte de certo sector da oposição 8 e hoje aos costumes nada disse) e porque Presidente é sempre Presidente, muito obrigado pela informação prestada por V. Exa. É que já vimos que este foi um tema que foi esquecido e retirado da agenda política da oposição. Há um ano atrás aqui d'el Rei porque era precisa uma Comissão. Hoje o mesmo deputado que propôs essa Comissão nem isto, nem isto, de informação sobre a PDA. Senhor deputado, é verdade.*

*Dirijo por isso uma palavra de apreço para enaltecer essa acção informativa prestada pelo executivo acerca dos desenvolvimentos do projecto PDA. Muito obrigado pelas notas e síntese das actividades ali desenvolvidas. Temos aqui a prova verdadeira que a criação da Comissão para acompanhamento da PDA mais não foi que um acto folclórico, mediático, e obviamente inútil. Temos aqui o Executivo a prestar contas ao município. Bem-haja.”*

Vogal Pires da Rosa (PS) [017](#)

Vogal António Ildebrando (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [018](#)

*“Fui aqui visado pelo senhor deputado, em relação a São Jacinto. Realmente houve aqui algumas situações que o senhor deputado falou muito bem. Mas se vamos falar sobre a feira em São Jacinto, sobre o Hotel, realmente vamos ver de quem é a responsabilidade pelo facto de a situação estar naquele caos. O senhor deputado já disse tudo, eu não preciso de dizer mais nada.*

*Relativamente ao Porto de Abrigo da questão dos Pescadores e dos proprietários dos barcos de recreio quero comunicar-lhe que aquele Porto de Abrigo foi lá construído exclusivamente para pescadores. Não, o senhor não sabe! O senhor deve ser daqueles que apenas lá costuma ir ao Domingo e também quer um lugar para o seu barco. Tenha calma que quando a Câmara fizer o Porto de Abrigo para embarcações de recreio, provavelmente irá ter lá o seu lugar. Até vamos ter todos de esperar.*

*Relativamente às outras questões do aniversário da freguesia, quem me conhece sabe que eu tento resolver as coisas em primeiras instâncias. O Senhor Presidente sabe que eu antes de levantar qualquer questão que seja em São Jacinto eu tento resolver com eles. É assim que eu faço, é assim que vou continuar a fazer. O facto de muitas vezes não dizer aquilo que o senhor quer ouvir nesta Assembleia é porque o problema está resolvido ou está a tentar ser resolvido.*

*Agora, o senhor quando compara São Jacinto com o Algarve deveria comparar as Câmara que investem no Algarve com o que a Câmara de Aveiro investe em São Jacinto (ouvem-se vozes). O senhor está enganado. Senhora Presidente gostaria de concluir. Se o senhor vivesse em São Jacinto o senhor não vinha para aqui dizer asneiras como aquelas que disse aqui. Muito obrigado.”*

Vogal Miguel Soares Fernandes (CDS/PP) [019](#)

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [020](#)

*“Para colocar alguma acalmia nesta Assembleia, dizer que gostei das palavras do Dr. Miguel Fernandes (ninguém gostou, mas eu gostei), aliás, penso que agora empossado nas suas novas funções de presidente da concelhia do CDS, investido nisso, está nas suas mãos de facto ser*

*candidato à Junta freguesia de São Jacinto. Penso que daria pelo que conhece de São Jacinto, penso que daria um excelente Presidente de Junta.*

*O que não gostei de ouvir falar foi daquele espectáculo ao vivo que foi para comemorar o 1.º de Dezembro!? Eu o que gostei “foi do espectáculo ao vivo”! Será que vão buscar agora o D. Duarte e matá-lo ali na praça? Coitado do D. Duarte Nuno — meu amigo, das noites do Hotel Infante Santo, em que nós conversávamos muito à noite. Bem, mas adiante, vamos lá à intervenção.*

*Na última sessão prometi aqui apresentar os documento que contrariamente ao que o Presidente de Junta de Cacia afirmava, de que eu só tomei conta do Porto enquanto estive na APA e não pus um tostão fora da área do Porto. É obvio que foi uma encomenda, não para me denegrir a mim, qualquer pessoa me pode denegrir, mas para denegrir o partido de que sou dirigente.*

*Queria dizer que quem quiser consultar os documentos “eles” estão aqui. Está aqui o protocolo assinado pelo senhor Casimiro Simões Calafate, pelo senhor Henrique Manuel Alves Berbigão, por mim em nome da APA e está aqui a carta do senhor Casimiro Calafate endereçada ao senhor Director Regional da Agricultura da Beira-Litoral a desistir da candidatura. Também está aqui a prova, estão aqui as obras que foram efectuadas, está aqui o projecto todo.*

*Ora bem, isto tudo demonstra que pelos destas, o senhor Casimiro Calafate tinha conhecimento. Portanto ao dizer que eu não tinha feito nenhuma estava obviamente a faltar à verdade, como eu afirmei e continuo a afirmar.*

*Foi uma má encomenda, mas enfim... a carne é fraca. Só hoje entendi o que é que o senhor Calafate queria. Hoje percebi. E o que ele quer é legítimo. O que ele queria era que se acabasse a obra do dique do Baixo Vouga. É legítimo e penso que deve ser uma obra que deve ser completada, mas por quem de direito, não pela APA. Pedir à APA que acabe a obra do dique do Baixo Vouga é a mesma coisa que por exemplo vir aqui o Presidente da Junta e exigir que as estradas da sua freguesia sejam reparadas pela MOVEAVEIRO. É exactamente a mesma coisa. Os buracos devem ser reparados pela Câmara assim como os diques devem ser feitos por outros que não a APA.*

*Também fiquei na altura até um pouco perturbado por uma pessoa que até tenho uma certa consideração por ela afirmar que eu estava a denegrir o trabalho dos presidentes de juntas. Eu acho que a maioria dos presidentes de junta são homens bons, que dão muito do seu esforço, da sua vida, em prol das suas freguesias — mas nem todos. Porque não é uma classe de oportunistas, mas há alguns oportunistas na classe. Isto é, alguns, que sublimaram o facto de ser presidentes da junta para se afirmar perante a sociedade, coisa que nunca fizeram na sua vida profissional e prática antes de serem presidentes de junta. Há outros que eventualmente poderão desejar ser presidentes de Câmara. E se calhar como normalmente fala o guloso pelo desejoso, não sei. Mas isso são coisas que tem de resolver dentro do PSD não é aqui no âmbito desta Assembleia Municipal.*

*Gostaria de falar de quatro coisinhas que se me levantaram nestas declarações do Senhor Presidente. Primeiro, Parceria Público Privada, Escolas/Parques de Estacionamento. E lamento não comungar com o regozijo que alguns aqui manifestaram. Eu acho que é um dia negro para a cidade de Aveiro. O dia em que se aceitam as propostas da parceria público privada é um dia negro. Todos nós sabemos que Aveiro tem a Carta Educativa (pelo menos foi o que saiu na imprensa) homologada. Todos sabemos que está em concurso verbas do QREN para fazer essas escolas. Esta a decorrer um concurso nessa área. E custa-me como aveirense que se vá pagar cem por cento de uma coisa que se poderia pagar muito menos. E será fácil provar que as rendas que se terão de pagar eventualmente, dos juros e das amortizações dos trinta por cento que seria necessário entrar de fundos próprios para a feitura dessas obras, são muito menos do que resulta dessa Parceria Público Privada. Retirando como é obvio os parques de estacionamento. Mas dos parques de estacionamento muito se tem dito, de que não*

*servem de nada, que não tem ocupação, etc. etc. etc.. Mas isso também tem uma estratégia por trás disto que é agora os privados virem dizer: nós temos que fazer os parques de estacionamento, mas aquilo “não dá nada”. E portanto nada há a subtrair a Câmara tem de pagar o resto. Estas coisas, como diz um célebre economista do nosso país “não há almoços grátis” — e eu duvido sempre destas coisas quando elas começam a ser ditas com alguma antecedência.*

*Em segundo lugar gostaria de responder ao meu colega e querido amigo Rocha de Almeida, no referente ao artigo 41.º. Penso que leu o acórdão proferido pelo Tribunal de Contas relativo ao pedido de empréstimo que foi feito por Lisboa. E espero que tenha lido com particular atenção o voto do senhor Juiz Conselheiro Pinto de Almeida. Mas escusava de o ter lido porque ele diz exactamente aquilo que eu aqui tinha dito. Está claro que o senhor a mim bate-me. Certamente não estará capacitado para bater no senhor Juiz Conselheiro — até porque ele só diz aquilo que vem na lei é a verdade.*

*Quanto ao PUCA. Ao fim de um penoso decénio vai ser trazido eventualmente a esta Assembleia para ser aprovado. Mas o que é certo é que quando olho para o terreno verifico que muitas das obras que estão agora previstas no PUCA já estão realizadas! Mas não podiam estar. Até porque as áreas em que estão realizadas algumas são reserva ecológica nacional e outras são Reservas Agrícolas Nacional. É assim, é. Já foram alterados por exemplo linhas de água, já foram feitas terraplanagens, já foram feitas uma série de coisas em zonas em que só o PUCA vai agora legitimar. O PUCA ainda não está aprovado. Estará aprovado quando esta Assembleia assim o decidir.*

*Um aspecto final para falar da dívida. Senhor Presidente de facto já vamos em cento e vinte e dois milhões, mas está a custar chegar aos tais duzentos cinquenta milhões que o senhor disse. E por este andar não vamos chegar lá. Ó senhor Presidente tem de começar a apressar porque senão as coisas assim vai chegar ao fim do seu mandato sem ter a dívida de duzentos e cinquenta milhões de euros. Mas basta fazer mais duas ou três coisitas ou pelo menos continuar a política que tem vindo a seguir.”*

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [ua](#)

*“Senhora Presidente, gostaria de esclarecer aqui algumas coisa que Dr. Raúl Martins disse de mim. As minhas intervenções ao longo de dez anos e não de agora não são de “cinco minutos de glória para ser alguém na vida”. Já fui tudo o que tinha a ser na vida senhor Dr., já fui. Já fui tudo na vida. Os meus sessenta e tal anos dá para não ter outras ambições — inclusive a de não ser às vezes mal-educado.*

*Mas queria dizer isto: é verdade que os documentos que o Dr. Raúl Martins apresenta são verdade. E eu não o neguei – já o disse na Assembleia anterior. E já justifiquei porque é que aquele ofício de anulação da candidatura foi feito (por acaso hoje não está aqui quem me poderia confirmar isso se o quisesse).*

*Mas a questão central da minha intervenção mantêm-se. E digo (e isso vai aparecer escrito nalgum lado), hoje estou mais revoltado e indignado do que estava antes de ler o artigo de opinião do Dr. Raúl Martins. O Dr. Raúl Martins diz que quando deixou as funções no Porto de Aveiro deixou os cofres bem recheados!? Lamentável, lamentável para esta zona. Parte desse dinheiro era de responsabilidade social que o Porto de Aveiro tem para com a região que condiciona. Não está aqui, mas seria interessante ouvir a opinião do Dr. Alberto Souto sobre a actuação no concelho de Aveiro como Presidente do Conselho de Administração da APA.*

*Portanto Dr. Raúl Martins o que o senhor ouviu já ouviu há muito tempo. E eu não preciso de um minuto de glória. A partir desta idade preciso é de descanso. Obrigado”*

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>022</sup>

*“Muito obrigado Senhora Presidente por me dar a oportunidade de responder. Sim de facto quando sai do Porto de Aveiro deixei-o bem recheado de dinheiro. Não o recebi assim. Encontrei-o sem dinheiro e quando sai mandei fazer um levantamento à caixa e estavam lá três milhões e trezentos mil contos. Mas é uma empresa. E vou-lhe dizer duas coisas atendendo a que o senhor já foi tudo, gostaria de lhe dizer uma coisa: as últimas obras que foram feitas tive de arrancar à força o despacho do Secretário de Estado. Porque como é óbvio o Secretário de Estado não deixaria fazer obras que não eram da competência. Estava a fazer obras fora da nova área de jurisdição da APA. É bom que se entenda que eram fora da nova área de jurisdição da APA. E era gastar muito mais dinheiro mesmo quando aquela área era da jurisdição da APA.*

*Também tenho aqui junto os Decretos-leis que definem qual era a área de jurisdição que me foi entregue — está aqui o Decreto-lei 40/2002 que determina a área da APA. Mas não vou falar mais sobre isso.*

*Eu penso que o Senhor Casimiro Calafate, de quem tenho boa impressão, se deixou levar. Disseram é preciso “atacar aquele gajo” e foi logo senhor a atacar?! Fez mal, fez mal. Porque se há gente que me tem de agradecer enquanto Presidente do Porto de Aveiro, são as gentes de Cacia, Fermelã, Ovar e Salreu.*

*E prova provada de tudo isto é que eu saí da APA há seis anos, e diga-me o Senhor um prego, um tijolo, uma chapada de cal, que a APA tenha colocado fora da zona portuária? Com os tais governos que representavam o Partido que V. Exa. está filiado ou que representa aqui nesta Assembleia. Diga-me uma obra que durante os três anos em que quem geriu os três milhões e trezentos mil contos que eu deixei fez na sua zona? Ou em qualquer outra zona da Ria fora da área portuária – diga lá uma, queremos aqui ouvir.”*

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>023</sup>

*“Dr. Raúl Martins, nunca me ouviu dizer que depois que o Senhor saiu alguém fez mais alguma coisa. Nunca me ouviu. Dê-me esse benefício da dívida.”*

Presidente da Mesa<sup>024</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do artigo 31.º do Regimento:<sup>025</sup>

*“Muito Obrigado Senhora Presidente. É que já várias vezes foram referidas aqui pelo partido socialista afirmações que dizem que as verbas do QREN dariam para construir as escolas que este município necessita e eu perguntaria muito concretamente quantas das vinte e seis escolas vão ser construídas ou remodeladas com esta parceria público ou privada, supondo que esta Câmara até não aceitava esta proposta. Porque realmente o partido socialista acha que nós vamos construir as escolas só com as verbas do QREN. Quantas escolas é que nós poderíamos construir, quantas? Um número. É isso que eu gostaria de ouvir dizer ao partido socialista.”*

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>026</sup>

*“Eu responderei obviamente como membro desta Assembleia e não como membro da Comissão Directiva do QREN do PO-Centro. E dir-lhe-ei o seguinte: todas as escolas que a Câmara de Aveiro quisesse construir, seriam (tanto quanto conseguimos antever) financiadas pelo QREN. O Senhor Dr. António Coimbra deve estar-se a referir a um artigo que saiu há dias num jornal que dizia que não havia dinheiro para as escolas todas, que havia só para setenta por cento. Saiba, que essa análise é uma análise nacional. E que depois de ter saído essa análise houve*

*um forcing e instruções directas, para as verbas saírem reforçadas porque o Governo deste país está interessado que nomeadamente ao nível do ensino básico tudo aquilo que é necessário construir seja construído no período de vigência do QREN. Fique descansado que tudo aquilo que lá eventualmente caia... (ouvem-se vozes) não, a Câmara ainda pode recuar na parceria público privada! Porque não se esqueça que se seguir a parceria público privada não pode recorrer às verbas do QREN.”*

Vogal Rocha de Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do artigo 31.º do Regimento: <sup>022</sup>

*“Dr. Raúl Martins, uma das questões que lhe queria colocar já respondeu, era esta sobre o QREN. Porque efectivamente nós temos dúvidas quanto a estas... (ouvem-se vozes) queria dizer-lhe Dr. Raúl Martins, o senhor referiu em termos de estacionamento, que andam agora a desvalorizar os estacionamentos, que é por causa de dizer que os privados estão a fazer um mau negócio. Queria só referir-lhe quem anda muito empenhado em denegrir a existência dos parques privados é a oposição, não é de facto a situação. Pronto é só para lhe referir isso. Eu queria dizer-lhe, porque de facto o senhor merece-me essa referência, era que eu de todas as vezes que o ouvi falar, aqui, ou fora, sobre o pedido de empréstimo, nunca pensei, e ainda hoje não penso que tenha tido reserva mental. Quando me refiro a isso nesta Assembleia refiro-me a outras pessoas e não a V.Exa.”*

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do artigo 31.º do Regimento: <sup>023</sup>

*“Senhora Presidente muito obrigado. Antes de colocar a questão deixe-me situar a razão que me leva a colocar a questão. Uma vez mais o Senhor deputado Dr. Raúl Martins, nervoso, como sempre, reincidiu na ofensa. Mais, agora agravou a ofensa. Então lança a suspeita sobre a honorabilidade das pessoas, dos autarcas de freguesia. Tem que identificar quem é que é desonesto (que foi o que foi dito aqui) no concelho de Aveiro e por esse país fora. Há dias, na sexta-feira, não referi uma classe que também ofendeu uma nesse dia que são os senhores Presidentes de Câmara do Partido Socialista que antes de serem Presidentes de Câmara foram também Presidentes de Junta — e são vários no país. E a questão é esta Senhora Presidente, e as outras questões que ficaram aqui pendentes nesta minha observação terão que ser tratadas de forma mais séria, para averiguar o alcance da afirmação de desonestidade dos autarcas de freguesia deste concelho. É preciso ver. A questão é esta: não foi ofensivo escrever a seguinte frase “sofro as funestas consequências do facto de um Presidente da Junta ter chegado a Presidente da Câmara” É esta a questão.”*

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>024</sup>

*“Muito obrigado Senhora Presidente. De facto sofro na pele as consequências pelo facto de um Presidente de Junta, Dr. Élio Maia, ter chegado a Presidente de Câmara. Era um excelente Presidente de Junta, está-se a revelar um mau Presidente de Câmara. Muito abaixo daquilo que obviamente eu pensava e obviamente aquilo que as pessoas que votaram nele certamente também pensavam.*

*Quanto ao parque de estacionamento eu explico Senhor Rocha de Almeida. É tão simples como isto. O que se anda a dizer...*

Presidente da Mesa: <sup>025</sup>

*“O senhor deputado, está a responder ao Sr. deputado Armando Vieira. A Mesa entendeu que não tinha de dar resposta nenhuma ao Senhor deputado Rocha de Almeida porque o senhor deputado não pôs questão nenhuma. Tem a palavra o senhor deputado Miguel Fernandes.”*

Vogal Miguel Fernandes (CDS/PP) - Nos termos do artigo 31.º do Regimento: <sup>030</sup>

*“Senhora Presidente faço este pedido de esclarecimento na sequência de uma afirmação que foi feita aqui há pouco pelo senhor deputado Raúl Martins, que eu considero grave, séria, devo dizer muito séria. Disse há pouco o senhor deputado Raúl Martins que não falava na qualidade de membro da comissão executiva do QREN. Pois bem, e porque não fiquei a perceber muito bem em que condições é que o senhor deputado nessa mesma função e na função de deputado municipal, porque muito nos conta o deputado Raúl Martins que neste momento ocupa um cargo no seio de um instituto público e neste caso obviamente numa organização que obviamente tem sobre a sua missão a atribuição de meios financeiros a esta Câmara. Ora bem, havendo acumulação de funções e eu gostaria de que o senhor deputado aqui dissesse em termos legais e do ponto de vista ético e moral em condição é que o senhor se encontra nesta Assembleia, atendendo ao facto de se encontrar a exercer funções no âmbito dessa dita comissão? Senhor deputado esclareça esta Assembleia a bem do interesse público e a bem da ética e do timbre que deve presidir a este colégio municipal.”*

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>031</sup>

*“A resposta é simples. E foi a pergunta que eu fiz quando fui nomeado para o cargo. Não existe qualquer incompatibilidade. Se não, repare, outro elemento não executivo e que está comigo é presidente de câmara, imagine (ouvem-se vozes). Eu estou a informá-lo senhor deputado. O outro não executivo que está comigo é Presidente de Câmara de Castelo Branco. O outro que está como executivo era até há muito pouco tempo presidente da Câmara de Tomar. Era, e foi nomeado pela Associação Municipal de Municípios.”*

Presidente da Mesa: <sup>032</sup>

*“Senhores deputados, eu como Presidente da Mesa tenho de falar sobre este assunto. Sobre o ponto de vista legal até pode ser tudo absolutamente legal e legítimo. Mas a questão que foi posta foi em termos éticos. Esta é uma questão que está muito na ordem do dia — a questão da promiscuidade entre poder político e outros poderes. Não é só para uns. Esta discussão não é só para uns! Não é só a propósito de Estoril Sol, não é só a propósito de sobreiros, não é só a propósito de determinadas circunstâncias. É para tudo. E para todos os degraus da política quer seja governativa nacional, quer seja governativa autárquica. Por isso esta questão deve-nos preocupar a todos e deve-nos sobre tudo exigir uma conduta e uma postura que fique acima de qualquer de promiscuidade. Por isso eu enquanto Presidente da Mesa, pergunto ao deputado Raúl Martins se eticamente se considera confortável na acumulação das funções. Não é se é legal é se considera confortável na acumulação de funções?”*

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>033</sup>

Presidente da Mesa <sup>034</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>035</sup>

Presidente da Mesa <sup>036</sup>

Vogal Jorge Afonso (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>037</sup>

*“Eu não me quero envolver de forma nenhuma na discussão entre o deputado Raúl Martins e o meu conterrâneo Casimiro Calafate. Mas gostava de perguntar ao Dr. Raúl Martins se nesse “gordo” recheio que deixou ficar nos cofres da APA se também estava lá o dinheiro que deveria ter sido pago à colectividade popular de Cacia Clube de Remo, de várias vezes que tivemos de limpar o Rio e cortar árvores para fazer lá provas e era jurisdição da JAPA e que não foi feito.”*

*Mais ainda. Fui chamado à JAPA e fui lá admoestado por um técnico a dizer que para a próxima me metiam em Tribunal e tal. Nós andámos a cortar árvores que caíram para o Rio e que impediam o trânsito, nomeadamente o fazer as provas. Portanto gostava de saber se esse dinheiro também ficou nesse recheio gordo?”*

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [uu](#)

*“Certamente que ficou. E certamente que logo que eu saí, o Partido ali do senhor Calafate quando entrou lhe fez a entrega desse dinheiro.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [uu](#)

*“Muito obrigado Senhora Presidente. Gostaria primeiro de me congratular com a Comunicação que o senhor Presidente da Câmara fez a esta Assembleia. Primeiro, pelo facto de ter respondido ao Tribunal de Contas esperando que realmente este pedido de contas e esta resposta da Câmara possa desbloquear esta situação e possa fazer com que o município de Aveiro possa ter a liquidez financeira para suprir as dificuldades que tem tido nos últimos anos. Entre outros pontos, gostaria também de me referir ao facto de termos tido alguém da iniciativa privada que respondeu ao repto lançado por esta Câmara Municipal e que por isso foi contra aqueles ou aquelas vozes de “velhos do Restelo” que diziam que isto seria um mau negócio para a iniciativa privada e que de maneira nenhuma alguém poderia investir em parques de estacionamento, quando os que temos estão vazios. O que é um facto, é que é um negócio que interessa a ambas as partes e permite à Câmara de Aveiro fazer trinta novas construções em Aveiro: treze escolas novas; quatro parques de estacionamento, treze escolas remodeladas.*

*Por isso é de saudar esta iniciativa que de outra forma a não ser por alguns caminhos obscuros que nós não conseguimos vislumbrar, alguma vez termos possibilidades de através deste quadro comunitário de apoio ter acesso a estes financiamentos.*

*Duas breves referências. Uma delas à iniciativa de a Câmara de reunir à noite — é uma excelente iniciativa. Os municípios que queiram participar podem agora fazê-lo a horas em que a maior parte das pessoas já não tem que estar nos seus empregos. É uma oportunidade de participação cívica para aqueles que quiserem o poderem fazer. Estamos numa sociedade democrática e por isso são só aqueles que querem, que podem, ninguém obriga ninguém. Mas está aberta esta participação a todos e é de saudar. O facto de aparecerem poucos municípios. Bom, pode significar que realmente os municípios confiam no seu poder político para da resolução aos seus problemas, mas confio que nos próximos tempos mais municípios poderão vir a participar nestas reuniões e por isso a sugestão é que seja de continuar estes períodos abertos à noite à participação do público.*

*Também para fazer uma referência à atribuição dos subsídios desportivos, à definição de critérios. É importantíssimo, aliás, até pelas críticas que temos estado constantemente a ouvir de se privilegiar um clube em detrimento de outro, de haver critérios objectivos para organização de eventos, para organização de práticas desportivas, para o fomento desportivo, é importantíssimo que a partir de 2008 todas as colectividades aveirenses possam saber como é que podem conseguir apoios da Câmara Municipal de Aveiro. Era isto, muito obrigado.”*

#### Da Câmara Municipal

Vereador Miguel Capão Filipe: [uu](#)

*“Muito obrigado Senhora Presidente, senhores deputados. Em relação ao senhor deputado Regala no que diz respeito ao Polis. Neste momento vivemos a circunstância de Comissão Liquidatária. No entanto, as obras, uma vez que foram entregues à Câmara prosseguem, designadamente a consolidação da plataforma da lota. E é nossa expectativa a colocação das*



*simbólicas pirâmides nos próximos meses — denunciará uma circunstância emblemática para Aveiro.*

*Senhor deputado Jorge Nascimento. Obviamente que a habitação social é uma prioridade deste executivo, é uma prioridade deste mandato. E aliás, nem de propósito, estamos a ultimar uma estratégia integrada de habitação social que incluirá vários capítulos, com várias vertentes dos quais um deles será seguramente a construção de novas habitações sociais; entre outros objectivos deste documento integrado. Mas também podemos aqui referir um exemplo prático e muito concreto da dignificação da pessoa humana, através de uma habitação condigna, que por exemplo no último ano conseguimos através de cerca de duas dezenas de devoluções de habitação social já existente, praticamente resolver todas as situações emergentes ou de emergência pendentes. Situações de emergência são as classificadas por lei (como dentro de todos os pedidos de habitação social), aquelas que se classificam como situações de emergência e portanto conseguimos um número razoável de devoluções o que permitiu resolver estas mesmas circunstâncias sociais de emergência. Por sua vez, no que diz respeito aos fogos de Cacia, muito em breve iniciaremos o processo de atribuição e respectiva metodologia destas mesmas habitações sociais de Cacia. Já estivemos reunidos com Junta de Freguesia, precisamente para debater alguns aspectos de todo este processamento.*

*Senhor deputado António Rodrigues, o que temos feito de saúde, nem de propósito, no fim da semana passada tivemos em Sede de Assembleia-geral, da rede de cidades saudáveis em Portugal, estamos a implementar um gabinete pela primeira vez de saúde, porque o pelouro de saúde, na maior parte dos municípios portugueses não tem valorativo nem de divisão, nem departamento, nem coisa que o valha e através precisamente da nossa adesão a esta rede de cidades saudáveis, que cumpre metas de contributo do município e de uma autarquia, no que diz respeito sobretudo a medidas de prevenção, como são estilos de vida saudáveis, focalizado também na toxicoddependência e doenças infecto-contagiosas, portanto tudo questões de saúde pública, há um papel relevante do município, que tem sido permanentemente secunda rizado e que nós precisamente tendo como emblema a adesão ao projecto cidades saudáveis, há uma rede europeia e cumpre as normas para uma urbanidade e estilos de vida saudável, vamos implementar um gabinete, um gabinete precisamente Aveiro cidade saudável, vamos definir aquilo que se chama em termos técnicos desta adesão de perfil municipal de saúde, um plano de desenvolvimento, precisamente de Aveiro cidade saudável. O que temos feito também, deixem apresentar esta ocasião para referir que está para publicação como tem sido do conhecimento público, a rede nacional de urgências e verificamos que insistem no mesmo erro gravíssimo para Aveiro, isto é, por a rede de urgências polivalentes nacionais por exemplo atribui uma polivalente a Vila Real, uma polivalente a Viseu, uma polivalente a Faro e insiste nas duas polivalentes de Coimbra. Isto para além de todos deveremos considerar politicamente insustentável, também faz com que este estudo não tenha o mínimo de credibilidade técnica, não pode haver credibilidade técnica, quando colocam numa cidade e numa zona com metade da nossa população dois serviços polivalentes, fazemos aqui um apelo, designadamente aos grupos parlamentares da Assembleia Nacional, para verificarem esta mesma circunstância de manter este erro grave para Aveiro, de um ponto das redes de urgência polivalente, não ser localizado em Aveiro. Nós, o município, fizemos as diligências que tínhamos que fazer, designadamente participámos na discussão pública, oficiámos a Secretaria de Estado da Saúde e a respectiva Comissão, o Senhor Ministro, a Associação Nacional de Municípios que também pediu aos seus associados contributos e nelas todas o município de Aveiro fez chegar que a principal questão de Aveiro, seria precisamente a reclassificação de serviços de urgência médico-cirúrgicos do Hospital Infante Dom Pedro, para serviços de urgência polivalente. Verificamos agora, chegado ao fim do processo e este atentado dos direitos à Saúde, de perto de um milhão de habitantes do distrito de Aveiro, que ficam assim órfãos de uma urgência polivalente. Muito obrigado.”*

Vereador Caetano Alves: [01](#)

*“Senhor Presidente, senhores deputados, para agradecer as questões colocadas pelos senhores deputados. Sobre o xadrez e para esclarecer que, de facto, o xadrez nas escolas é um programa lançado por este executivo com muito empenho e tal forma ele está vivo que nós vamos ter a maior representação distrital nos próximos campeonatos nacionais de 15 a 20 de Março com 40 participantes. Jovens que fazem parte deste programa e que são de facto abalanzados pelo dinamismo que este programa tem tido nos últimos tempos. Basicamente era isto que eu queria referir. Muito obrigado.”*

Vereador Pedro Ferreira: [02](#)

*“Senhores deputados, Senhora Presidente, boa noite a todos. Em relação a algumas matérias que foram aqui levantadas, queria começar por uma questão que foi colocada na sexta-feira passada pelo deputado Pires da Rosa em relação à questão dos SMAS. Falou da questão que passou de 8 para 16, como é que era possível? Pronto, eu queria-vos transmitir o seguinte: em termos de consumidores domésticos há um aumento da taxa fixa ou seja, da taxa de disponibilidade que passou de €2 para €2.50. E nos consumidores de comércio e serviços passou de €7 para €8. Queria só também dar mais alguns esclarecimentos nomeadamente houve uma alteração de conceito e julgo que seria nesse âmbito que se integraria o deputado em apreço, que os utilizadores de escritórios estavam como domésticos e passaram a integrar a tarifa de comércio e serviços — uma vez que obviamente não são domésticos.*

*Em relação à factura dos SMAS, só para vos transmitir, tem obviamente a água, os esgotos e os resíduos sólidos urbanos. Nestas é importante esclarecer que integram as taxas impostas pelo IRAR que em 2008 (taxas relativas a resíduos e controle de qualidade da água) são de 115 mil euros — o que obviamente afecta o preço da água. Também se prevê a entrada para este ano de 2008 de uma nova taxa que é a utilização dos recursos hídricos que será paga ao INAG, que se prevê superior a 50 mil euros.*

*Em 26 de Fevereiro deste ano saiu a Lei 12/2008 da Assembleia da República em que obriga as entidades gestoras dos sistemas a emitirem facturas mensalmente. Como sabem os SMAS emitem bimestralmente, obviamente que as pessoas irão ter um pagamento mais leve e vão sentir isso obviamente. Obviamente, também isso irá reflectir-se num custo acrescido, porque iremos facturar mais vezes. Só para vos transmitir: alguns países como Inglaterra a facturação é feita semestralmente ou anualmente. Em relação também à questão dos SMAS e uma vez que foi levantada pelo deputado Jorge Afonso. O senhor deputado falou da privatização. A privatização é um dos modelos possíveis. Foi buscar privatização das águas em França que já ocorreram há uns anos! Eu posso-lhe falar da privatização das águas em Inglaterra que já tem mais de um século. Podemos comparar países, podemos comparar desenvolvimento económico. Eu prefiro o modelo Inglês. É claramente o modelo económico bastante mais interessante e com resultados dados, resultados comprovados. No entanto queria-lhe dizer uma coisa: a privatização é um modelo, há outros modelos em cima da mesa. Sempre houve e sempre poderão haver, agora queria-lhe dizer também o seguinte, neste momento há um custo que os SMAS têm por serem um serviço com regras do sector público. Posso-lhe dizer que no ano de 2006, só por esse motivo, as tarifas foram aproximadamente 10% acima do que poderiam ser por serem um serviço público e por terem as regras do funcionamento do serviço público ou serem um serviço municipalizado. Porque o serviço público continuará a ser efectuado mesmo sendo por privados. Dizer-lhe o seguinte, em relação à questão do aumento de 100%. Julgo que respondi na questão anterior, é claramente descabido, aquilo que transmitiu, nem tal poderia ser, isto em relação à questão dos SMAS.*

*Em relação a uma questão que foi colocada por vários deputados e saiu inclusivamente num jornal cá da terra. Eu costumo dizer que de facto que algumas pessoas não sabem fazer contas*

*é normal. Agora ao menos leiam as Comunicações que a Câmara vai transmitindo — e julgo que as contas são muito fáceis de fazer. A dívida não aumentou três milhões do período anterior para este!? Aumentou menos do que um milhão e meio. E portanto, nem o deputado do PCP conseguiu fazer bem as contas quando acrescentou um milhão e setecentos mil euros. Queria-lhes dizer o seguinte em termos de dívida reflectida em contabilidade. Em relação ao período homólogo de Fevereiro do ano passado aumentou cerca de seis milhões.*

*Obviamente que este aumento se deve mais do que na sua totalidade, em relação à introdução de diversas dívidas com uma antiguidade muito superior em termos contabilísticos.*

*Eu dou-vos quatro exemplos muito simples: SOMAGUE três milhões e oitocentos mil e dou nota que ainda faltam certas facturas porque estão a ser revisadas pelo Tribunal de Contas; J.A. ARQUITECTOS seiscentos e vinte cinco mil euros; SUMA cinco milhões e seiscentos mil euros, ERSUC trezentos e oitenta mil euros.*

*Só neste total são 10,4 milhões de euros que foram introduzidos em 2007, portanto em relação aos seis milhões que houve de aumento eu julgo que só aqui nós fomos buscar alguma coisa em termos da nossa capacidade de gestão tão falada na praça pública.*

*Mais três questões e posso começar pela questão do Tribunal de Contas.*

*Apenas e só transmitir-vos que quanto à questão, não podemos fazer comparações obviamente com Lisboa. Embora muitos de vocês já o tenham feito. Julgo no entanto que o Juiz Conselheiro que deu aquela declaração de voto irá sempre votar contra todo e qualquer diferença com o artigo 40. Dos vinte e tal juízes Conselheiros, com certeza poderá ser só aquele que tenha aquela opinião. Mas é obvio que o interessante nesta questão é que o actual presidente da câmara de Lisboa foi o autor da Lei, e nem para ela serviu. E ainda não percebi como é que ele não conseguiu justificar este propósito! Também dizer-vos que no dia 17 soubemos que independentemente de todo o esforço que o deputado Raúl Martins anda a fazer em Lisboa (pelo menos é isso que nos tem aqui transmitido) o nosso projecto nunca será aprovado, porque o nosso projecto é muito inferior ao de Lisboa e o de Lisboa como nós vimos o Tribunal de Contas achou que era muito mau.*

*Em relação à Parcerias Públicas Privadas. Dizer-vos isto: eu ainda (e já transmiti isto na outra Assembleia, numa das últimas) não percebi, mas não vou voltar à questão do Dr. Raúl Martins estar na Comissão, isso já passou, mas em termos de Parceria Pública Privada, nada nos diz e a Lei é muito clara, que as Câmaras Municipais podem ser promotoras. E sempre houve uma diferença entre promotores e executores em termos de pelo menos sempre houve nos quadros comunitários.*

*Portanto em termos de candidaturas há essa figura e, portanto, nada nos garante até hoje que nós não possamos conseguir financiamento comunitário — aliás estamos à espera disso (ouvem-se vozes). Senhor deputado está a ser respondido e a Lei é clara, a Câmara Municipal pode ser promotora não tem que ser executora e portanto a isso está respondido.*

*Dizer-lhe o seguinte: mais uma vez se mostra, como eu disse na última Assembleia, que o Partido Socialista volta atrás nas suas ideias. Mal saiu este estudo houve um aumento (pelos vistos como nos disse o senhor deputado Raúl Martins) do dinheiro que agora está disponível. Dizer-vos também o seguinte: o importante nesta parceria, pelo menos para nós, tem a ver com a manutenção do parque escolar. Nós não queremos que aconteça aquilo que aconteceu e que tem acontecido nos últimos anos de as construções passados dez anos estarem lastimáveis. E é uma questão de olharmos para o parque escolar do 2.º e 3.º ciclo, que eu aliás irei falar já de seguida.*

*Em relação a isso, à questão das transferências das escolas, dizer-vos como é óbvio, que nós somos completamente a favor da transferência de competências ao nível da educação.*

*A classificação dos edifícios das EB23 de Aveiro pela DREC indica alguns bons, outros maus, e outros muito maus. Neste âmbito não está claramente definido ainda quais os valores de transferência — o que a cinco meses da dita transferência é claramente complicado.*

*Em relação ao pessoal não docente nós temos uma falta de regulamentação, ainda em relação ao pessoal do primeiro ciclo (e portanto temo claramente que o mesmo se passe em relação ao 2.º e 3.º ciclo), isto já foi expresso à Directora Regional de Educação para ser tido em atenção. Terceiro ponto. É claro e é transmitido pela Direcção Regional, que provavelmente teremos que realizar uma nova Carta Educativa para introduzir medidas em relação ao 2.º e ao 3.º ciclo. E portanto, dar-vos uma última nota de preocupação e que eu acho que é grave nesta altura do campeonato que é: a cinco meses do início do próximo ano lectivo, cinco meses só, há uma completa falta de conhecimento do que se vai passar em termos de transferências para as autarquias, por parte da Direcção Regional de Educação do Centro. Muito obrigado.”*

Vereador Carlos Santos: [uu](#)

*“Senhoras e senhores deputados, muito boa noite. Começarei por dizer-vos que vários dos senhores deputados falaram aqui em problemas de segurança e protecção civil. Também eu gostaria de realçar, no último sábado foi o dia internacional da Protecção Civil e dizer-vos que, os três dias que antecederam o sábado, desenvolveu-se uma acção que consideramos uma acção muito importante no pavilhão de feiras que se traduziu numa deslocação de cerca de dois mil jovens ao Parque de Exposições, para verem uma exposição que lá estava sobre prevenção, com os Bombeiros, Polícia de Segurança Pública, com a GNR, com o Gabinete Técnico Florestal, um conjunto de iniciativas importantes. Também se fez um simulacro que entretanto se fez, na Portucel no sábado passado, enfim que é importante olear as máquinas no caso de haver acidentes — e acidentes que cada vez com mais natureza ocorrem.*

*O Senhor João Rocha de Almeida, levantou aqui uma questão, que é uma questão também que não deixa de ser interessante. Achei que as cheias que ocorreram em Setúbal, que ocorreram em Lisboa, se ocorressem em Aveiro o que é que poderia acontecer?*

*É sabido que a natureza tem muita força e que por vezes ninguém consegue fazer parar essa força, mas também é importante que se refira que nós há dois anos que andamos a trabalhar dois dias por semana na desobstrução de colectores de águas pluviais, através de uma prestação de serviços. Esta intervenção inclui todo o concelho, das freguesias da Glória e Vera Cruz na totalidade, outras freguesias do concelho nos principais eixos rodoviários. Na sequência destas intervenções foram detectadas algumas anomalias, colectores partidos, colectores interceptados por outras infra estruturas, com perda de capacidade de drenagem, que foram prontamente reparadas. Os resultados têm sido satisfatórios. Já tivemos alguns períodos de maior intensidade de chuvas aqui em Aveiro e de facto não ocorreram situações de cheia, como tinham acontecido anteriormente. Não estou a dizer (repare-se) que elas não possam ocorrer, no entanto há aqui zonas em que as existem há aqui zonas complicadas, existem muitos colectores cuja capacidade já não é suficiente para o caudal da água aqui na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, na Avenida da Universidade, Hospital até ao ISCA, estes casos estão identificados, já foram feitos estudos, encontram-se previstas empreitadas para beneficiar toda esta situação. Há também um trabalho importante da SUMA e do sector de limpeza, enfim têm-se limpo as sarjetas, as valetas.*

*Também as parcerias que temos com as Juntas de Freguesia têm funcionado bem quanto à limpeza de valas hidráulicas. Outro trabalho importante foi o de reparação das comportas e eclusas, que permitiu regular o nível médio da entrada da água na cidade, evitando desse modo as cheias que tantas vezes ocorreram na zona da beira-mar. O nosso serviço de Protecção Civil mantém-se em alerta e há um contacto permanente com a alta autoridade nacional da Protecção Civil. Sempre que necessário, para além das corporações de bombeiros da cidade, que desempenham um papel fundamental no socorro, também poderão ser chamados a intervir, tal como está previsto no nosso plano municipal de emergência. Embora o município no seu todo esteja preparado para intervir em situações meteorológicas adversas, importa realçar que a conjugação de alguns factores de origem natural, torna o cenário por vezes imprevisível.*

A Câmara aposta muito na prevenção, vigilância, mantém 24 horas do dia o serviço de municipal de Protecção Civil. Também alguns dos senhores deputados, levantaram aqui outras questões, também o Senhor Joaquim Marques falou aqui do problema e teve palavras simpáticas em relação ao separador central. Nós procuramos ter a cidade bonita, enfim os meios não são muitos, temos pena de uma coisa, quem passa a rotunda que nós chamamos, uns chamam a rotunda da policlínica, outras chamam a rotunda do rato, quem passa essa rotunda para o túnel da estação, o separador central está bonito, mas tem um problema ali que é a parte esquerda que é feia e na parte esquerda nós, nas margens, nós não podemos intervir e é pena, porque aqueles terrenos são todos terrenos particulares, são todos terrenos privados. O deputado Orlando Terra Sêca foi muito simpático, nós de vez em quando levamos na cabeça, por vezes há pessoas que são simpáticas para nós, o senhor Presidente da Câmara enobreceu essa função, gostaria de dizer o seguinte: portanto, o senhor falou no roteiro dos buracos do anterior mandato, falou também das pavimentações, falou nessas questões. Eu queria dizer-lhe que nós temos dois serviços que são distintos. Nós temos um sistema de fornecimento de materiais às Juntas de Freguesia em que nós, eu acho que nós temos sido generosos para as Juntas de Freguesia nesse aspecto, eu creio (e aqui não há partido) que estou de certa forma à vontade para dizer isso, creio que não temos faltado aos pedidos que nos tem feito, em termos de fornecimento de materiais. Procuramos corresponder e não fazer aqui grandes diferenças em relação a isso e gostaria de lhe dizer que no ano passado nós gastámos setecentos mil euros em pavimentações e gostaria de lhe dizer que este ano já gastámos, em três meses, novecentos mil euros em pavimentações.

Nós em 2008, no primeiro trimestre, nós já pavimentámos ruas na Freguesia da Glória, nós já pavimentámos em Eirol, nós já pavimentámos em Esgueira, já pavimentámos na Nossa Senhora de Fátima, em Santa Joana, em Cacia, em Esgueira, Vera Cruz, Vera Cruz e Vera Cruz. Nós procuramos, nós procuramos, os meios não têm sido muitos, mas procuramos corresponder a algumas solicitações. Também em relação a este aspecto das pavimentações, gostaria de realçar aqui um aspecto, nós definimos com todas as Juntas de Freguesia, um plano de pavimentações para este ano e gostávamos de ter meios para cumprir essas pavimentações, vamos lá ver se os temos e se conseguimos fazer isso. O senhor Dr. Carlos Candal já aqui não está, mas ele pôs aqui uma questão, ele fez aqui uma intervenção falando naquela questão da passagem desnivelada, falando também nas placas que não estavam pintadas, ele falou também de uma outra questão e nós procurámos resolver essas questões. Nós aproveitamos estas reuniões na Assembleia para as sugestões que aparecem e que achamos válidas para não as deixar cair, porque achamos que as pessoas querem o bem de Aveiro tal como nós e procuram dar contributos para que isso se consiga. O Orlando Terra Sêca referiu-se ao mercado Manuel Firmino, dizendo que não há muita gente no mercado, não há muita gente e que havia ali algum desânimo e tal, é um problema dos mercados, é um problema que eu acho que é um problema de poder de compra. Eu tenho aqui Orlando Terra Sêca, uma imagem de uma senhora ao lado do mercado que diz assim – “cada dia que passa, fico mais feliz por estar aqui”, do mercado Manuel Firmino, digo-lhe eu acho que o mercado Manuel Firmino é um mercado excelente, está a ficar um belo mercado! O poder de compra não é muito, nós temos feito acções nos mercados, nós estamos a criar a habituação na ida aos mercados, fizemos nos três mercados. Agora vamo-nos virar um bocado mais para o mercado de peixe, vamos ver se agora brevemente fazemos lá uma sopa de peixe, nós já fizemos o dia da castanha, nós já fizemos o dia do bolo-rei nos mercados todos, criar a habituação da ida aos mercados, eu acho que é importante. Os nossos mercados têm qualidade e eu acho que é importante que estimulemos isso.

O Arquitecto Paulo Anes falou no Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro. É um técnico conhecedor, um técnico que sabe da matéria. Falou também da questão do alinhamento de

*cérceas para a Avenida Lourenço Peixinho. Eu creio que o senhor Presidente da Câmara vai falar mais detalhadamente sobre isso. Muito obrigado, era só isto.”*

Presidente da Câmara: [uu](#)

*“Senhor Rocha de Almeida, agradecer as reflexões sérias e profundas que nos trouxe aqui, em relação ao Plano de Saneamento Financeiro e à Parceria Pública/Privada. Em relação ao Campus da Justiça e à saudação merecidíssima à Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Seíça Neves, ela já aqui foi feita, aliás como se recordam, revelámos aqui aquando da reflexão sobre este assunto, que a coisa mais linda que este processo teve, mais até do que o próprio êxito que tem tido, foi a unidade que se registou para que este sonho fosse uma realidade. E falo na Ordem dos Advogados, Governador Civil, nas dezanove Câmaras do nosso distrito, na GAMA, na AMRIA, na Assembleia Distrital, que também já aqui contei que já não tinha quórum há muitos anos e conseguiu-se um quórum para votar uma moção por unanimidade, porque contamos com o apoio de todos os representantes do nosso distrito, dos partidos políticos, da Assembleia Municipal, do Executivo, no fundo isto aconteceu graças a todos.*

*A referência que fez aqui neste momento ao Dr. Feliciano Martins, por razões óbvias. É que o processo está nas suas mãos neste momento, depende muito dele e naturalmente que nesta fase, neste passo que está a ser dado, queremos relevar todo o trabalho excepcional e todo o empenho único que tem colocado neste assunto, nomeadamente em relação à antecipação dos prazos do protocolo que foi assinado, que é sempre algo que se regista com particular satisfação.*

*Quando ao eixo Aveiro/Águeda foi também um trabalho de muita gente. Como sabem o eixo Aveiro/Águeda já não estava sequer, tinha sido retirado há uns anos, do plano rodoviário nacional — a grande dificuldade inicial que houve foi incluir e valorizar e considerar este eixo como importante. E isso foi possível graças também ao trabalho de muita gente e só assim é que foi possível este passo que agora foi dado.*

*Os nomes que aqui referi, as pessoas que aqui distingui, naturalmente assentará o nome de muito mais gente que têm um papel fundamental neste processo. Quanto ao programa PARES que o senhor Rocha de Almeida nos colocou, também relevar esta percepção que tem deste assunto e a sinceridade que revelou.*

*Estamos numa área, quer no âmbito do PARES, quer no âmbito do POEDS (Plano Operacional do Emprego e Desenvolvimento Social) estamos num momento em que o concelho prepara aquilo que me parece uma revolução social do mais alto significado e decisiva para a construção de um concelho e de uma comunidade mais justa, mais solidária. E para terem a noção do que se está a passar, a médio prazo, temos que ter no nosso concelho mais nove equipamentos sociais, ligados às seguintes instituições: Centro Social de Santa Joana; Associação de Assistência de Eixo; Centro Social e Paroquial de Mataduços; Centro Social e Paroquial de Eiroil; Asas de Santa Joana; Centro Comunitário da Vera Cruz, Centro Social e Paroquial da Vera Cruz; Casa do Pessoal da Segurança Social e Florinhas do Vouga.*

*Está prevista a construção das seguintes valências: quatro novos lares para a 3.<sup>a</sup> idade com 150 lugares, cinco novos centros de dia com duzentas respostas, mais quatro serviços de apoio permanente com mais duzentas respostas, mais seis creches com cerca de trezentas novas respostas.*

*Estão aqui mais de novecentas respostas sociais, para além dos inúmeros empregos, que como é natural vão ser criados. Três destas obras já iniciaram a construção, outras estão em adjudicação e as restantes estão em fase final de elaboração do projecto, sendo que todas elas já estão superiormente aprovadas e já garantiram a comparticipação do Estado. O custo total do investimento é de cerca de dez milhões de euros e a comparticipação estatal (já garantida e só referi aqui os processos cuja comparticipação já está garantida) é de cerca de cinco milhões*

de euros. Penso que todos ficamos felizes com estes factos e com estes números já que isto não são intenções, isto são factos.

E aqui uma palavra de justiça em relação aos serviços da Câmara que estão de parabéns, porque tudo isto só foi possível, porque a Câmara esteve permanentemente de portas abertas e procedeu à elaboração, preparação e candidatura, da maior parte destes projectos, que acarreta naturalmente um grande trabalho para os técnicos da Câmara, que é o respeito pelo princípio que defendemos que não é um município que tem que fazer tudo, mas tão só criar condições e meios para que a sociedade civil e o movimento associativo o faça.

António Regala. Agradecer também as palavras sobre a Bienal e o Aveiro Jovem Criador. Quanto à questão das comportas dizer que tem havido contratemplos, tem havido algumas dificuldades como seja demorar dois meses para se conseguir uma licença especial para transportar para o mecânico no Porto as comportas! Elas estão em arranjo, depois de voltarem ainda são necessárias mais três semanas para entrarem em funcionamento. Quanto ao benefício que terá o município depois das benfeitorias que está a realizar na zona da lota. Em primeiro lugar dizer-vos que naturalmente penso que é consensual que a requalificação daquele espaço era uma necessidade, era uma urgência. Aproveitámos o Programa Operacional do Ambiente e aproveitamos aqui a comparticipação de 70%, para suportar os custos da obra e negociamos com a APA a cedência à Câmara de um terreno como contrapartida dessas obras, com cerca de oitenta mil metros quadrados que a APA tinha um terreno próximo da Câmara que tem cerca de setenta mil metros quadrados, portanto eles confinam, ficam juntos, quer dizer que a Câmara poderá ter ali uma dimensão, uma área com cento e cinquenta mil metros quadrados.

Na última Assembleia o senhor António Regala colocou a questão da nova organização judiciária. Na actual organização judiciária existem no nosso país duzentas e trinta e uma comarcas que correspondem de grosso modo aos actuais concelhos, os concelhos que existem. Na nova organização judiciária, a que é proposta, as comarcas passarão a ser correspondentes às designadas NUT III. Haverá aqui uma redução significativa do número de Comarcas. Assim, em referência ao Concelho de Aveiro, que está integrado na NUT do Baixo Vouga, estão a ser propostos, isto é uma proposta naturalmente, portanto ainda não está aprovado é uma proposta, irão ser criados os seguintes juízos e apenas referirei aqueles que se irão localizar aqui no concelho: o Juízo do Trabalho, o Juízo de Família e Menores, o Juízo de Grande Instancia Criminal (este é novo), o Juízo de Grande Instância Cível (que também é novo), o Juízo do Comércio (que também é novo), o Juízo de Instrução Criminal, o Juízo de execução, dois Juízos de Média, Pequena Instância Cível, e dois Juízos de Média Instância Criminal. Nesta primeira fase o Governo propõe funcionamento experimental deste modelo apenas três Comarcas: grande Lisboa, Alentejo Litoral e Baixo Vouga — a partir já de Setembro de 2008 Aveiro reforça deste modo em termos nacionais a sua posição na área da justiça, faltando agora a criação de infra-estruturas indispensáveis para o seu funcionamento eficaz. Foi exactamente a questão que se colocou da outra vez. Em relação a isso acreditamos que o Campus da Justiça irá preencher essa lacuna, e irá dar resposta a esse acréscimo de actividade que se poderá vir a registar.

Joaquim Marques, em relação à Unidade de Saúde de Santa Joana. Da nossa parte fizemos o que tínhamos a fazer, concluiu-se a obra, a obra está concluída. É necessário agora assinar o protocolo com a Administração Regional de Saúde do Centro para passar para a ARS o edifício. Já remetemos já há algum tempo uma proposta do protocolo, já insistimos, estamos a insistir para ver se conseguimos a assinatura desse protocolo e se conseguimos que a Unidade de Saúde de Santa Joana, venha a entrar em funcionamento.

Lembrar também aqui, além desta questão de Santa Joana, há mais três processos pendentes, que tem a ver com as Unidades de Saúde de Cacia, de Esgueira e de São Bernardo; penso que já aqui referimos isso. Em contacto havido com as entidades acabámos por encontrar aí um

*caminho que já propusemos, um caminho diferente, a ver se encontramos uma resposta para esta questão.*

*Dr. Jorge Nascimento, quanto ao PUCA. Como sabe apanhámos o comboio já com muitos compromissos com os cidadãos. E daí que a minha opção tenha sido acelerar e tentar concretizar para que fosse publicado esse documento. Houve dois períodos de discussão pública que procuraram valorizar as opiniões dos cidadãos, mas o importante é que ele venha a ser publicado. Para isso falta mais uma burocraciazinha que é a publicação da carta da REN em Diário da República e é sempre um processo que se vai insistindo, que se vai teimando, para logo a seguir, e só falta esse procedimento, vem à Assembleia Municipal e depois, o que é já um ganho que a nova legislação nos traz irá para publicação. É um processo de quase treze anos que gostaríamos de encerrar.*

*Quanto ao Gabinete de Atendimento Integrado há uma alteração profunda. A ideia é como é obvio prestar em termos de atendimento um melhor serviço aos cidadãos. É a Câmara que se tem de ajustar ao cidadão e não o cidadão que se tem de ajustar ao município.*

*Quanto ao sistema de gestão internas. É uma forma de procurar envolver todos numa melhor e mais racional gestão.*

*Arquiteto Paulo Anes diz que o PUCA não ser um Plano ideal. Pois não. Enquanto os instrumentos de planeamento no nosso país demorem treze anos a serem concretizados, é evidente que os pressupostos, os objectivos, que estiveram na base elaboração do documento treze anos depois estão perfeitamente ultrapassados. Ou tem de haver maior celeridade, embora a legislação recentemente publicada já venha simplificar alguns procedimentos, penso que haverá ainda muito caminho a percorrer para melhorarmos nesta área.*

*Quería referir aqui também, além do plano de alinhamento e de cêrceas para a Avenida, referir aqui um outro plano que estamos em termos experimentais a avançar que (e tem-nos chegado muitas propostas das juntas de freguesia) tem a ver com o plano de alinhamentos para o concelho. Está em termos experimentais a decorrer depois de ouvidos os Senhores Presidentes de Junta, e vai ser um documento decisivo para uma boa organização de alinhamentos futura no concelho.*

*Dr. António Rodrigues, quanto ao seu improvisado, já me deu que reflectir. Sobre a Luzostela já aqui demos nota. É propriedade privada e o proprietário já foi notificado para a respectiva demolição. Quanto à Avenida estamos na fase para a abertura na participação de todos para na definição do futuro da Avenida para acabar com a actual situação. Mais uma vez não será uma cabeça a dizer o que é bom para todos. Todos nos iremos pronunciar.*

*Dr. Pires da Rosa. As reuniões de Câmara é um assunto que já foi analisado. Quanto aos Parques diz que não são necessários mais parques — é a sua opinião. Respeito-a naturalmente, mas com a qual discordo frontalmente. Eu não sei o que vai acontecer na nossa cidade se... este pequeno exemplo: só na envolvente do Centro de Congresso temos três grandes espaços para estacionamento a funcionar. Há tempos quantificámos o número de carros que diariamente estaciona no terreno que é da Savecol, no terreno que é do Senhor Savir, e no terreno do Centro que a Câmara já vendeu. Quando nesses terrenos privados, que neste momento estão ao serviço de todos, que mais ano menos ano essas empresas os donos, os proprietários, ocuparem com construção conforme está autorizado, portanto no dia em que esses três parques forem ocupados eu não sei na nossa cidade para onde vão os 1500 automóveis que aí estacionam.*

*Quanto ao facto de Presidente ser Presidente — é verdade. Falou o Presidente da MoveAveiro. Nós temos regras e princípios que respeitamos. Eu não sou género do eucalipto que seca tudo à sua volta. Respeito muito e valorizo muito o trabalho das pessoas. Eu não seria nada sem o trabalho destas pessoas que estão aqui comigo.*

*Dr. Miguel Fernandes. Obrigado pela referência que fez na questão da atribuição de critérios para atribuição de subsídios. É um acto que me deixa particularmente satisfeito.*



*Em relação a São Jacinto e a falta de condições para a venda ambulante. O Senhor Presidente da Junta tinha-nos alertado já várias vezes para este assunto e o drama que se vive lá ao Domingo de manhã. Fomos ao local e andámos à procura de soluções e na semana passada assinámos já um protocolo com o proprietário dos estaleiros no sentido de libertar um espaço onde possa temporariamente funcionar esse mercado. Estamos a pensar como se vai agora colocar esse serviço. E de qualquer das formas queremos também aqui agradecer a disponibilidade do proprietário em que gratuitamente permite a utilização daquele espaço para esse fim. Esperemos que também organizar e sistematizar o que tem sido uma anarquia naquele local.*

*Quanto àquilo que chamou de famoso hotel de São Jacinto. Há uns anos a Câmara Municipal vendeu um terreno para um hotel em São Jacinto. É verdade que no contrato assinado nessa altura há uma cláusula em que a empresa tem dezoito meses para construir. Dezoito meses a partir da data da assinatura da escritura. A Câmara recebeu o dinheiro e não fez a escritura. Portanto o problema está aí. Penso que agora em Fevereiro se fez a escritura.*

*Estaleiros de São Jacinto. Este é um processo que nos preocupa e que se pode transformar aqui em mais uma EPA ou mais uma VIDOR. Nesse sentido tomámos a iniciativa de promover uma reunião com todos os credores a quem foi exposto o assunto com o máximo de clareza. Depois decorreu já uma segunda reunião e assentou-se entre todas as partes e assentou-se que todas as partes assumissem através de um documento escrito um conjunto de compromissos para o futuro. Houve em termos verbais essa disponibilidade e ficou de se elaborar em termos escritos essa disponibilidade de todos eles, para então sim, a partir desse momento procurar encontrar uma solução para o processo. Como sabem é uma solução que é morosa de encontrar e naturalmente não podemos ir para uma caminhada daquelas para no fim do caminho alguém dizer. Agora já não quero. Aqui o que pretendemos é o compromisso com todas as partes para podermos avançar.*

*Porto de Abrigo de Recreio e de Pesca. Nós fomos a São Jacinto a uma reunião com pessoas de São Jacinto apresentar aquilo que é o projecto para o Porto de Abrigo. Fomos apresentá-lo para recolher opiniões, para ouvir o sentir das pessoas e para que o projecto esteja pronto aquando da abertura das candidaturas do QREN. Apresentaremos essa candidatura no âmbito do QREN e se for aprovada avançaremos. Se não houver comparticipação do QREN não avançaremos porque não temos verba para satisfazer as despesas todas.*

*Dr. Raúl Martins, quanto à questão que referiu aqui do PUCA. Não deixe ficar no ar Dr. Raúl Martins. Eu penso que a pior coisa que pode acontecer é quando lançamos a suspeição. Concretize. Diga quais os locais em que em REN ou RAN há construção!? Isso é uma ilegalidade gravíssima. Concretize e pode crer que nos terá ao seu lado — para ser claro é assim; concretize. Como sabem questões de REN e RAN são de extrema gravidade. Eu não acredito que haja uma situação dessas em RAN ou REN sem a prévia autorização das entidades responsáveis por esses sector. Essas autorizações não competem à Câmara, como sabe.*

*Quanto ao Conselheiro Pinto de Almeida. O Vereador Pedro Ferreira já deu aqui uma nota. Foi a opinião do Senhor Conselheiro o acórdão vai no sentido contrário. Isto é, aquilo que penso fará jurisprudência em termos do Tribunal Contas é o acórdão que foi aprovado. E o acórdão que foi aprovado contraria esta opinião do Senhor Conselheiro.*

*Quanto à parceria Público Privada deixe-me dizer o seguinte: Eu acho que é um dia feliz para a cidade de Aveiro. São opiniões muito diferentes. E uma vez mais foi dado aqui a entender, agora já mais no âmbito das intenções, que há dinheiro para a Carta Educativa ser concretizada. Eu queria relembrar aqui o seguinte. Na Assembleia Municipal de 23 de Novembro de 2007, o argumento que foi aqui apresentado pelo Dr. Raúl Martins — e quero dizer-lhe (é uma questão pessoal), que me repugna a mim pensar aquilo que se passou; é um sentimento que eu tenho, com a excepção da posição nobre e séria, que é habitual, que o Dr. Carlos Candal teve e que nos deu mais uma lição de democracia. E o argumento que foi aqui*

utilizado foi de que existia dinheiro no QREN para fazer todas escolas e até com o exemplo da demonstração de uma escola de Verdemilho, até dava lucro! Com um bocadinho de jeito da forma que estava aquilo se faziam as escolas todas. Disse o Dr. Raúl Martins aqui nesse dia que no eixo 3 do Plano Operacional Centro, existem seiscentos sessenta e oito milhões de euros, os quais dariam para construir tudo não sendo necessário a Parceria. A imagem foi aqui dada de uma forma que eu até pensei que o dinheiro já estaria embalado lá no PO Centro e nós éramos uns incompetentes que nem íamos buscar o dinheiro. Vindo de um membro, mesmo que não executivo, que integra a Comissão Directiva do PO Centro, que seríamos nós para questionar essa informação!? Mesmo assim, cautelarmente, fomos averiguar.

E o que é que nós confirmámos? E não falo aqui de intenções porque este executivo não vive de intenções, falo de factos. Vejamos os números: O PO Centro tem no eixo 3 o valor de quatrocentos e oito milhões de euros. Há aqui uma imprecisão de duzentos e sessenta milhões de euros. Mas há mais. É que o eixo 3 tem três áreas distintas. Provisão de Bens e Serviços Públicos em Áreas Rurais; Valorização de Recursos Específicos do Território; Qualificação Integrada de Espaços Regionais. Pelo que esse valor não de seiscentos e sessenta e oito mas sim de quatrocentos e oito, esse valor terá de ser distribuído pelas três áreas — o que dá matematicamente cerca de cento e cinquenta e seis milhões para cada uma das áreas. Isto é, para a área da Educação de seiscentos e sessenta e oito milhões de euros iniciais já só estamos em cento cinquenta e seis milhões — uma imprecisão de quinhentos e seis milhões.

Mas vejamos agora os números finais para a Educação. É que mesmo que sejam cento cinquenta e seis milhões de euros temos de dividir por cem municípios que são os que integram a Região Centro, o que dá um milhão e meio de média para cada um. E mesmo este milhão e meio tem de ser dividido por seis anos, o que dá uma média de duzentos e cinquenta mil euros por ano!

Isto é aquilo que daria para construir treze escolas e ampliar mais treze escolas (estamos a falar de vinte e seis equipamentos. Muito dificilmente dará para construir uma escola por ano!)?

Daí que, eu considero, que esta Parceria Público Privada que nós avançámos irá garantir aquilo que é mais importante para nós. É que, os nossos filhos, os nossos netos, os nossos jovens, possam vir a ter a curto prazo, de forma garantida, as condições que nunca tiveram até agora. Muito obrigado.”

#### Membros da Assembleia

Vogal Jorge Afonso (BE) <sup>045</sup>

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>046</sup>

Vogal Florentino Marques (PPD/PSD) <sup>047</sup>

Vogal Armando Viera (PPD/PSD) <sup>048</sup>

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>049</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>050</sup>

Vogal Miguel Soares Fernandes (CDS/PP) <sup>051</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>052</sup>

Vogal Pedro Pires Rosa (PS) <sup>053</sup>

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) <sup>054</sup>

Vogal Joaquim Marques (PPD/PSD) <sup>055</sup>

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) <sup>056</sup>

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>057</sup>

“Senhor Presidente, antes de tudo agradecer a resposta sobre Saúde ao Vereador Capão Filipe, mas quero deixar-lhe agora as questões complementares. Porque não basta termos de facto preocupações em querer o melhor em querer o inacessível — isto é pura demagogia.

*O que é necessário é requerer aquilo que é possível ter para funcionar. E V. Exa. sabe claramente que, não é possível em Aveiro, ter Neurocirurgia, ter Neuroradiologia, ter todas as especialidades conexas — nem sequer temos hoje cuidados intensivos coronários; convenhamos! Não é possível Senhor Vereador. E porque é que não é possível (nós não devemos ser demagógicos) o que é necessário é não pedir o inacessível e tentar consumir e bem, desde já, uma Unidade Médico-cirúrgica, a funcionar como deve ser em Aveiro. Que é isso que eu não vejo o envolvimento do município. Antes pelo contrário, vão atrás da ideia peregrina do actual Administrador do Hospital, que agora também já resolve tudo isto com alvenaria. V. Exa sabe tão bem quanto eu que a qualidade dos Hospitais não se define por alvenaria, mas pela qualidade da peça móvel, pela qualidade das pessoas que lá estão. É com qualidade, não é com demagogia e com asneiras sucessivas que se têm feito sobre esse aspecto e ao qual eu aponto um dedo muito negativo a este executivo.*

*Relativamente à Luzostela e a continuar na Protecção Civil que entendemos que é muito engraçado levar e fazer todas as acções na nossa juventude, só que nós temos um problema real e concreto: implodimos a EPA, varremos os “ratos”, mas encontrámos e demos-lhe outra rateira. É necessário acabar com as rateiras na cidade. Porque só transferimos o núcleo de risco social de um lado para o outro. É necessário e sabendo nós que aquela estrutura é privada, cumpre ao município e às autoridades de segurança estarem profundamente vigilantes até porque de facto o índice de criminalidade e o modo como ela hoje se afirma está a diferenciar-se. Todos sabem, é do domínio público, que a utilização de armas brancas nas imediações da Luzostela para chantagear e agredir concidadãos e munícipes tem sido uma prática constante e permanente.*

*Para dizer que nós já compreendemos a aridez, o deserto permanente de ideias e de falta de perspectiva de polis e de cidade que o Senhor Presidente tem. Escuda-se na equipa, todos nós havemos de dizer: V. Exa. é um ouvidor, V. Exa. não é um fazedor. É pena que esteja colocado no executivo — e os aveirenses vão tomando nota disso a par e passo; até porque foi eleito para resolver o problema das contas e da economia municipal. E escusou-se de me responder à pergunta nuclear que é esta: quanto custa à Câmara arrecadar um Euro para o município? Isto para que todos nós possamos fazer a análise dos custos e dos proveitos que esta Câmara encerra. Disse.”*

Vogal António Regala (PCP) [658](#)

Vogal Ana Seíça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [659](#)

*“Apenas Senhora Presidente, para dizer duas coisas. Eu queria, se me permite, eu queria agradecer as palavras que o Senhor Presidente da Câmara me dirigiu enquanto representante da Ordem dos Advogados, bem como as palavras do Senhor Rocha de Almeida. Agradeço, mas aquilo que eu fiz fi-lo como aveirense, como cidadã, realmente como representante dos advogados. A luta que encetei e que foi acompanhada pelos diversos organismos, foi uma luta justa e que teve sobretudo em mente o objectivo de trazer para a cidade um Tribunal que injustamente foi daqui levado. No sentido de que a Justiça deve ser uma Justiça de proximidade e não afastar os cidadãos dos Tribunais. Neste sentido eu creio que a minha modesta colaboração, em nome dos Advogados que eu represento, teve êxito e, portanto, tenho de agradecer as simpáticas palavras. Era só o que queria dizer.”*

Presidente da Mesa [660](#)

Da Câmara Municipal

Vereador Miguel Capão Filipe [661](#)

Presidente da Mesa <sup>063</sup>

Não se verificando mais intervenções a Presidente da Mesa<sup>063</sup> deu por encerrada a segunda reunião desta Sessão Ordinária de Fevereiro, informando que a próxima reunião será no dia 10 de Março (2.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 00:30 horas do dia 04 de Março de 2007.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)